

O IMPACTO DA FILOSOFIA DE KANT SOBRE A DOCTRINA DA REVELAÇÃO EM KARL BARTH

*Heber Carlos de Campos**

RESUMO

O autor argumenta que Barth, apesar de ter deixado o antigo liberalismo em favor da neo-ortodoxia, não abandonou todas as influências anteriores, principalmente aquelas vindas de Immanuel Kant. Embora Barth cresse na revelação divina, sob a influência do subjetivismo racionalista kantiano ele colocou Deus em uma esfera metafísica na qual ele não revela coisas sobre si mesmo, nem se revela em palavras, mas só pessoalmente. Barth aceita a revelação especial, mas nega a revelação geral, histórica e proposicional. Deus só se revela diretamente, em eventos e em presença, tanto no passado como hoje, mas não em palavras escritas. O autor conclui a sua análise fazendo uma crítica do conceito barthiano de revelação. Segundo ele, a negação da revelação histórica questiona a própria realidade da encarnação do Verbo. Além disso, a negação da revelação proposicional transforma a interpretação em revelação, torna a revelação não-fidedigna, faz com que o leitor determine o que é revelação, nega a soberania de Deus, elimina a fé na revelação, nega a inerrância bíblica e afasta o caráter pessoal da revelação.

PALAVRAS-CHAVE

Liberalismo; Iluminismo; Racionalismo; Kant; Barth; Neo-ortodoxia; Revelação; Revelação proposicional.

* O autor é ministro presbiteriano, diretor da Escola Superior de Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie e professor de teologia sistemática no Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper. Obteve o grau de doutorado (Th.D.) em teologia sistemática no Concordia Theological Seminary, em Saint Louis, Missouri, EUA.

INTRODUÇÃO

Não é incomum vermos teólogos serem influenciados pela filosofia vigente em seu tempo. Em certo sentido, todos os pensadores são fruto de sua época. Barth viveu no apogeu de uma era teológica conhecida como Velho Liberalismo, que, por sua vez, havia sido fortemente influenciada pelo Iluminismo e pelo Romantismo do século 19. Portanto, inicialmente, em sua teologia, Barth foi filho do liberalismo teológico.

No entanto, houve mudanças teológicas em Barth durante a I Guerra Mundial, quando as bombas estavam caindo perto de sua comunidade suíça vizinha da Alemanha. Confrontado com a dificuldade de ministrar pastoralmente aos que sofriam com a guerra, como um liberal Barth não tinha o que dizer ao povo. Então ele se voltou para “o estranho novo mundo dentro da Bíblia,”¹ com o qual ele não estava familiarizado.

A essa altura, após a sua virada teológica, se alguém perguntasse a Barth: “Qual é a fonte de seu pensamento teológico?”, certamente ele responderia: “A Palavra de Deus”. Ele preferia ser chamado de o “teólogo da Palavra de Deus”, mas essa resposta podia ter uma forte conotação dialética. Ainda que ele tivesse se afastado do velho liberalismo, indo para o que conhecemos como neo-ortodoxia, a sua teologia foi fortemente impactada por influências filosóficas vindas de Immanuel Kant. O próprio Barth reconhece a influência de Kant em seu pensamento filosófico e teológico.²

De qualquer forma, Barth foi protagonista de uma reação ao movimento teológico liberal. Todavia, mesmo tentando voltar à ortodoxia já esquecida no tempo de sua formação, lutando freneticamente para reagir contra o liberalismo, ele não conseguiu fugir de todos os pressupostos ensinados na sua formação teológica inicial. Essas influências filosóficas acabaram por afetar a sua doutrina da revelação, que é o tema deste artigo.

1. KANT E A REVELAÇÃO

1.1 O subjetivismo racionalista de Kant

O desenvolvimento do racionalismo se deu principalmente no Iluminismo do século 18. O Iluminismo

foi um movimento do começo do século 18 que tentou secularizar todos os departamentos da vida e do pensamento humano. O Iluminismo era declaradamente naturalista em seu caráter, sendo tão hostil à idéia de interrupções sobrenaturais do curso ordenado da natureza quanto à de revelação sobrenatural.³

¹ Essa expressão é encontrada no livro que aponta para a virada teológica de Barth. Ver BARTH, Karl. *The Word of God and the word of man*. New York: Harper & Brothers, 1957, p. 28.

² BARTH, Karl. *The Epistle to the Romans*. London: Oxford University Press, 1965, p. 4 (prefácio à 2ª edição).

³ PACKER, J. I. Contemporary views of revelation. In HENRY, Carl F. H. *Revelation and the Bible: contemporary Evangelical thought*. Grand Rapids: Baker, 1958, p. 91.

Tal movimento foi não somente uma revolta contra o poder da igreja institucional, mas também contra a religião como tal. Essas forças do Iluminismo parecem ser ainda poderosas em nossos dias quando o secularismo avança e, por sua vez, começa a perder lugar para o misticismo.

Immanuel Kant (1724-1804) foi o grande homem do Iluminismo, capaz de entrelaçar dois pensamentos opostos: o racionalismo de Descartes, Spinoza e Leibniz e o empirismo de Locke, Berkeley e Hume. Segundo Packer, Kant, o grande filósofo do movimento iluminista,

negou a real possibilidade do conhecimento factual a respeito de uma ordem supra-sensível, e isto pareceu selar o destino da doutrina histórica da revelação. O legado do Iluminismo para a igreja dos dias posteriores foi o axioma de que certamente algum ensino bíblico, e talvez todos eles, não são a verdade revelada; as afirmações bíblicas, portanto, não deveriam ser recebidas, exceto quando confirmadas pela razão.⁴

Desde o Iluminismo, um novo conjunto de pressuposições dominou e determinou o pensamento teológico do homem moderno, e Kant teve um importante papel na formação desse pensamento. A razão começou a ser o padrão de julgamento de todas as coisas. Kant rompeu com a tradição cristã do Deus das Escrituras, e tornou o homem um ser independente e o rei supremo através de sua razão.

A secularização do pensamento humano e a secularização da ciência moderna que fluíram do Iluminismo foram também aplicadas à teologia. As pressuposições que excluía qualquer coisa sobrenatural estavam em funcionamento na ciência histórica quando começou a busca do Jesus histórico. Toda a ênfase veio a cair sobre a história como uma relação de causa-e-efeito puramente natural.⁵

Nesse subjetivismo kantiano, nada estava além da “caixa fechada” ensinada pelo naturalismo. Todas as coisas da religião não podiam ser aceitas se não passassem pelo crivo da razão humana, mas uma razão humana sem a influência do sobrenatural.

No subjetivismo racionalista a base da autoridade em matéria religiosa novamente repousava no próprio homem. O homem era a medida final de todas as coisas em questões da fé, pois ele prova todas as coisas, sente-as, deduz-as e, assim, se torna o determinador do que é a verdade. O Iluminismo, por exemplo, cria numa verdade considerada incontestável: não existe interferência do

⁴ PACKER, Contemporary views of revelation, p. 92.

⁵ KLOOSTER, Fred H. *The quests for the historical Jesus*. Grand Rapids: 1977, p. 6. Todas as citações desse livro de meu professor doravante são paginadas com base em uma tradução que fiz para as minhas turmas de teologia no Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição, na década de 1980.

sobrenatural neste mundo. A razão humana era a base última de julgamento de todas as coisas, e se tornou o guia da verdade.

Em 1784, quando perguntaram a Kant o que era o Iluminismo, ele respondeu:

... o Iluminismo é o homem chegando à idade adulta. É a saída do homem da imaturidade que o fazia confiar em autoridades externas como a Bíblia, a Igreja e o estado para lhe dizerem o que pensar e o que fazer. Nenhuma geração deveria estar presa a credos e costumes de eras passadas. Estar preso é uma ofensa contra a natureza humana, cujo destino repousa no progresso.⁶

O subjetivismo racionalista rompeu totalmente com a teologia pré-iluminista, que era a teologia aceita historicamente pela igreja, lançando fora todas as bases da fé cristã e apelando unicamente para os ditames da razão.

Certamente Barth não foi racionalista como Kant, nem negou a revelação divina como Kant havia feito. Barth reagiu ao liberalismo teológico de seus professores, restaurando o conceito de revelação, mas ficou preso à dicotomia estabelecida por Kant. Barth não conseguiu escapar de uma espécie de subjetivismo kantiano, em que a fé não tem raízes históricas porque Deus não se revela neste mundo fenomênico.

1.2 A transcendência de Deus sob a influência de Kant

Kant foi um dos filósofos que fizeram Barth ver a realidade do mundo transcendental. Daí em diante, Barth passou a ver a necessidade de crer num mundo onde Deus vive e age, e formulou a sua doutrina da revelação de um modo completamente não-científico, a saber, não verificável pelos modernos métodos de pesquisa.

Kant cria que Deus é um ser que está fora de nossos relacionamentos. Ele é um ser metafísico, e o metafísico está completamente além do escopo da mente humana. Um homem pode falar do tempo e do espaço (que são categorias da mente para Kant) e não precisa falar de coisas que não estão realmente ali ou que acontecem. A mente humana só pode conhecer as coisas que estão relacionadas a uma experiência imediata neste mundo. Deus é banido do mundo porque ele não pertence às coisas verificáveis, coisas fenomênicas. Para Kant, Deus não poderia ser conhecido pelo fato de que é transcendente e de que não se revela. Ele era um deísta.

Não podemos nos esquecer de que Barth foi uma cria de professores-teólogos iluministas e de que a sua teologia refletiu certas tendências do Iluminismo. Ele foi criado numa mentalidade iluminista, mas reagiu contra essa mentalidade, abandonando várias idéias desse ambiente. Barth refletiu tendên-

⁶ Citado por BROWN, *Dictionary of Theology*.

cias kantianas com respeito à transcendentalidade de Deus. Em contraste com Kant e com os seus professores de teologia, Barth passou a crer na revelação divina, mas à semelhança deles colocou Deus numa esfera metafísica, onde ele não tem envolvimento temporal nem histórico. Embora, segundo Barth, Deus se revele, ele não revela coisas de si mesmo e nem se revela em palavras, mas presencialmente. A transcendentalidade de Deus fica mantida em prejuízo de seu aspecto imanente se envolvendo com o mundo que criou e agindo na história dos homens.

1.3 A dicotomia de Kant entre o Númeno e o Fenômeno

Como Kant aplicou o seu racionalismo que acabou influenciando o pensamento teológico de Karl Barth? Kant criou dois mundos em seu pensamento filosófico-teológico: 1) o mundo dos fenômenos, que é percebido pela razão através dos sentidos, é o mundo que pode ser atingido pela razão pura; 2) o mundo dos númenos, que é o mundo de Deus, o mundo da liberdade e da imortalidade, é o mundo onde a razão humana não pode penetrar, porque essas coisas pertencem à razão prática. Observe o que Kant disse sobre o número:

Se, pelo termo númeno, entendemos algo que não é um objeto de nossa intuição sensória, fazendo assim uma abstração de nosso modo de intuir, isto é um númeno no sentido negativo da palavra. Mas se nós entendemos por ele um objeto de uma intuição não-sensória, uma intuição intelectual, a saber, algo que não pertence a nós, da real possibilidade da qual não temos nenhuma noção – isto é um númeno no sentido positivo.⁷

Por ser um ente transcendental, Deus só age na esfera do númeno. A sua ação não pode ser “objeto de uma intuição não sensória”, pois verificamos que Kant negava qualquer possibilidade do transcendente ser conhecido. Brown, então, tira a sua conclusão:

Se Kant está certo, não há meio de saber se tais conceitos são realmente aplicáveis às coisas em si mesmas. Em última análise, estas últimas permanecem rigorosamente incognoscíveis. Se Kant era cético quanto à possibilidade de conhecer as coisas materiais conforme são em si mesmas, era duplamente assim no que diz respeito a realidades que alegadamente transcendem o material.⁸

Kant distinguiu a esfera numênica da esfera fenomênica, e a razão prática da razão pura. Assim fazendo, ele criou uma barreira entre as duas esferas. O mundo fenomênico não entra em contato com o mundo numênico. Deus, que é do mundo numênico, fica aprisionado ali. Ele não tem contato com este mundo

⁷ KANT, Immanuel. *Critique of pure reason*. London: J. M. Dent & Sons, 1946, p. 186-87.

⁸ BROWN, Colin. *Filosofia e fé cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1983, p. 64.

fenomênico. Deus, portanto, permanece fora do conhecimento humano, sendo isolado na esfera numênica. Deus está lá e o homem cá.

Essa distinção de Kant é importante para a compreensão da negação da revelação divina em nossa história, por parte de teólogos do velho liberalismo. De acordo com o pensamento de Kant,

“a esfera numênica” é a esfera de Deus, da liberdade e da imortalidade. Somente a razão prática ou a fé tem acesso a essa esfera numênica. A esfera fenomênica, por outro lado, está aberta à percepção dos sentidos e é controlada pela razão pura. É somente com respeito a esta esfera fenomênica que as ciências estão preocupadas. A ciência natural moderna, a ciência histórica, de fato todas as ciências, estão enraizadas nesta distinção kantiana das esferas numênica e fenomênica e das razões pura e prática.⁹

O kantismo ensinou Barth a respeito da impossibilidade de a razão humana cruzar as fronteiras em virtude da distinção que Kant fez entre as esferas do núneno e do fenômeno. A razão trabalha somente com as coisas da esfera fenomênica. “Kant personifica a confiança no poder da razão para lidar com as coisas materiais e a sua incompetência em lidar com qualquer coisa além dessas.”¹⁰ Kant foi excelente em sua “cuidadosa preservação dos limites da humanidade”.¹¹

Por causa da influência da dicotomia kantiana, Barth veio a fazer uma nova abordagem à noção da revelação divina. Ele é bastante singular em sua doutrina da revelação. Semelhantemente aos cristãos históricos, ele veio a crer na revelação sobrenatural divina; diferentemente deles, ele veio a crer numa revelação supra-histórica.

Neste artigo afirmamos que Barth cria na revelação especial, mas que ele negou três aspectos importantes para a ortodoxia cristã: a revelação histórica, a revelação proposicional e a revelação geral.

2. BARTH E A REVELAÇÃO

2.1 *Barth aceita a revelação especial, mas nega a revelação histórica*

Na sua época, Barth foi o grande campeão na tentativa de volta à ortodoxia após passar os seus primeiros anos sob a égide da teologia iluminista. Ele ficou desapontado com a perda da noção da bondade humana e sem ação diante das bombas da Primeira Guerra que caíam nas proximidades de Safenwil, a vila em que era pastor. Não tendo nenhuma esperança para dar ao povo a quem pregava, Barth tentou se voltar para a ortodoxia, dando um salto do liberalismo para o mundo novo e estranho da Bíblia.

⁹ KLOOSTER, *The quests for the historical Jesus*, p. 6.

¹⁰ BROWN, *Filosofia e fé cristã*, p. 61.

¹¹ BARTH, *The Epistle to the Romans*, p. 367.

É admirável que Karl Barth tenha questionado e virado de cabeça para baixo a teologia liberal de sua época, voltando a crer no fato de Deus se revelar. Ele deve ser aplaudido por ter a coragem de insurgir-se contra o status quo teológico dominante em sua geração. Todavia, em sua tentativa de voltar à fé ortodoxa, ele ficou no meio do caminho. Por isso, a sua teologia se encaixa no que ficou conhecido como Neo-Ortodoxia. Embora aceite a revelação divina especial, ele luta tremendamente para fugir da historicidade dela.

Em virtude da distinção entre o reino numênico e o fenomênico, Barth acaba fazendo uma distinção entre dois termos que podem ser traduzidos em nossa língua como história, mas que possuem significados diferentes para ele, porque os usa para expressar a sua distinção kantiana. Em alguns de seus escritos, especialmente em sua *Dogmática Eclesiástica*, Barth usa a expressão “história geral”, que é a designação da palavra alemã *Historie* (H), a história comum, onde as coisas podem ser verificáveis, mensuráveis, atingidas pela razão. Ele usa também uma outra palavra alemã, *Geschichte* (G) para designar a “história especial”, que é a história da revelação.¹² Empregando o termo *Geschichte* muitas vezes em sua *Dogmática Eclesiástica*, Barth o usa para dizer que a revelação é histórica, espacial, temporal, mas isto não significa que Barth crê na revelação feita por Deus na história dos homens, como a entendemos e como o faz a ortodoxia cristã.

Referindo-se aos do tempo do Antigo Testamento, Barth diz que “milhões de pessoas no antigo Oriente podem ter ouvido o nome Iavé e uma vez ou outra viram o seu templo. Mas esse elemento histórico não era revelação...”¹³ Barth diz que a revelação é um “evento histórico (G). Histórico (G) não significa algo fixável como histórico ou fixo como histórico. Histórico (H), portanto, não tem o significado usual de ‘histórico’ (G)”.¹⁴ Em sua dogmática, Barth distingue esses dois tipos de história como sendo história geral (H) e história especial (G). Quando ele está falando de uma revelação histórica, ele não está se referindo a um evento que pode ser apreendido por um historiador comum. O observador neutro (o historiador) não pode equalizar as formas de revelação (ou os meios) com Deus. Essas formas não podem tomar o lugar de Deus, nem substituí-lo.

Deus se revela ao homem nas suas contingências históricas (G) e o homem então registra as impressões que essa revelação causou nele. Esta descrição humana das impressões é considerada histórica (H), mas esta mesma história não pode ser considerada revelação, porque a revelação não é narrativa nem é alguma coisa a respeito de Deus.

¹² BARTH, Karl, *Church Dogmatics*. Edinburgh: T. & T. Clark IV, p. 375ss.

¹³ *Ibid.*, p. 373.

¹⁴ *Ibid.*

A revelação não tem evidência histórica (H), nem data histórica (H) e nem dados históricos (H). Barth não crê na historicidade da revelação porque, no seu conceito, a revelação é dinâmica, e não fica presa ou fixa na história. A revelação é *geschichtlich* (G) e a Escritura é *historisch* (H). Deus sempre se revela num evento *geschichtlich* de maneira especial, não-narrável, não detectável pelo historiador, não mensurável pela vista, etc. Klooster diz que

o historiador como historiador é capaz de tratar com a história dos recipientes da revelação, mas ele é incapaz de tratar com o evento da revelação. Estritamente falando, não há nenhuma história da revelação.¹⁵

Os recipientes da revelação são seres históricos, mas não a revelação em si. Quando Barth diz que a revelação atestada na Escritura é um “evento histórico”, ele está querendo dizer que Deus se revela a homens concretos, a homens reais, homens que vivem no tempo e no espaço.¹⁶ Todavia, essa revelação é histórica (G), não histórica (H). Ou seja, a revelação acontece numa esfera não-verificável, numa esfera à qual os historiadores comuns não têm acesso, porque ela é a presença do próprio Deus (não algo a respeito dele), que não pode ser detectado historicamente.

2.2 Barth aceita a revelação especial, mas nega a revelação geral

A neo-ortodoxia, que inclui Barth e Brunner, prestou um enorme serviço à cristandade quando se contrapôs às doutrinas falazes da teologia liberal. Ela causou uma reviravolta na teologia vigente na época, encorajando os cristãos a crerem novamente na revelação especial divina em Jesus Cristo e contrariando a idéia liberal de que o conhecimento de Deus surge naturalmente na consciência subjetiva do homem. A neo-ortodoxia barthiana combateu especialmente Schleiermacher, que negava a revelação divina.

As noções da divindade defendidas por Barth com os seus pressupostos kantianos determinam o seu conceito sobre revelação geral. Barth enfatizou de maneira inequívoca, em sua teologia, o ensino sobre a transcendência de Deus. Ele era o “Totalmente Outro”, aquele que está acima e além de todas as coisas.

Todavia, ao afirmar a real revelação sobrenatural-especial de Deus em Jesus Cristo, Barth não pode se conformar aos cristãos ortodoxos em sua crença na revelação geral. Ele foi um dos poucos teólogos que questionaram seriamente a doutrina da revelação geral. Para ele, nenhuma revelação é mediada “na razão, na consciência, nas emoções, na história, na natureza e na cultura e suas realizações e desenvolvimentos”.¹⁷ As obras da natureza, a história ou

¹⁵ KLOOSTER, *Quests for the historical Jesus*, p. 26.

¹⁶ A linguagem de Barth é: a revelação é um evento “que acontece ali, somente ali, então e somente então, entre Deus e certo homem perfeitamente definido” (*Church Dogmatics* I/1, p. 375).

¹⁷ *Church Dogmatics* II/1, p. 173.

a mente humana não podem ser veículos da revelação divina porque Deus não precisa ser mediado, já que, para Barth, a revelação é o próprio Deus, não algo a respeito dele. A revelação geral para Barth é uma “ilusão” e uma “miragem”.¹⁸ A revelação, que é o próprio Deus presente, não deixa pegadas ou marcas na história. Portanto, o que o homem parece ver não é uma realidade, mas uma miragem.

Barth negou que haja qualquer possibilidade de Deus ser conhecido pelo simples uso da razão, mesmo com a observação das obras da natureza, da história ou do governo de Deus.

É importante que se recorde que revelação para Barth é algo semelhante ao próprio Deus, nunca separado dele. Portanto, ele repudia totalmente qualquer possibilidade da elaboração de uma teologia natural. “Por causa da destruição da imagem de Deus e da incapacidade da razão humana nas coisas divinas, todos os argumentos racionais e as ‘provas’ filosóficas para Deus são inválidos”.¹⁹

2.2.1 Deus se revela diretamente, não indiretamente

Barth não aceita o fato de Deus se revelar nas obras da criação. Ele repudia qualquer idéia da teologia natural (da Igreja Católica e do Escolasticismo Protestante) assegurando a descontinuidade da dicotomia entre natureza e graça, razão e revelação. Aceitar a revelação natural de Deus, assim como a revelação proposicional, é tornar a revelação divina algo indireto, mediado. Deus não usa nada para a revelação. Deus se auto-revela. Ele não precisa de palavras ou de atos para se revelar. Ele simplesmente se dá a conhecer num evento-revelação que acontece em Jesus Cristo.

Sob a influência de Kant, Barth faz uma separação entre dois mundos: do númeno e do fenômeno. Assim, ele não admite que Deus, na esfera numênica, se revela através de coisas do mundo dos fenômenos. Estes dois reinos são exclusivos: o da eternidade e o do tempo. Eles são distintos, são duas histórias: a história de Deus e a história dos homens. Nada relacionado ao espaço físico pode servir como um ponto de contato entre Deus e os homens, entre o Infinito e os finitos, entre o Transcendente e o pecador. A revelação geral (ou revelação da criação) seria um meio indireto de Deus se revelar. A revelação da criação teria de ser percebida pelos olhos físicos e Barth não crê que os olhos físicos possam perceber a revelação que está na esfera numênica. Os fenômenos podem ter causas numênicas, mas eles não podem revelar Deus. Seria um modo indireto, e Deus nunca se revela dessa maneira, porque ele não revela algo de si, mas a si mesmo, presencialmente.

¹⁸ DEMAREST, Bruce A. *General revelation: historical view and contemporary issues*. Grand Rapids: Zondervan, 1983, p. 123.

¹⁹ *Ibid.*, p. 122.

Como Criador esse Deus é diferente do mundo, i.e., como Aquele que ele é, ele não pertence à esfera daquilo que o homem como criatura possa conhecer diretamente. Nem pode ele ser desvendável para o homem indiretamente no mundo criado, porque ele é o Santo que, para ser visto, mesmo que indiretamente, requer olhos diferentes destes que estão corrompidos pelo pecado.²⁰

A negação do conceito de revelação geral por Barth foi agravada pelo que ele viu e experimentou na época da Segunda Grande Guerra. Barth viveu sob um terrível regime político e a situação o levou a fazer comentários que censuravam qualquer espécie de revelação indireta. Comentando uma parte da Declaração Teológica de Barmen em 1933, e ligando-a à situação política e religiosa da Alemanha, Barth cria que a aparição de Hitler era considerada pelos religiosos daquele tempo como uma nova revelação de Deus através dos poderes constituídos.²¹ A parte que Barth comentou da Declaração de Barmen foi a seguinte:

Nós condenamos a falsa doutrina de que a igreja pode e deve reconhecer como revelação de Deus outros eventos e poderes, forma e verdades, à parte desta única Palavra de Deus e juntamente com ela.²²

Este foi um motivo para Barth negar a revelação indireta de Deus, isto é, ele negou que Deus se revelasse no governo e na providência através de homens e das coisas criadas. Dessa forma, Barth também negou a revelação de Deus na consciência, na razão, nas emoções, na cultura, na natureza e na história. A aceitação de outros meios de revelação indireta seria a “negação da revelação de Deus em Jesus Cristo”.²³

Deus, o Criador, não se revela ao homem através de outros meios além do evento-Cristo, de acordo com Barth. Nenhuma pesquisa científica nem a história podem revelar alguma coisa de Deus. Deus não faz uso de meios indiretos para revelar-se aos homens. Somente através da encarnação do Filho, que acontece em cada evento da revelação, o homem pode conhecer Deus. A revelação de Deus é sempre direta, presencial, teofânica. A revelação de Deus é uma auto-revelação. Ele próprio é o conteúdo da revelação. Ele nunca se revela através de meios, mas diretamente ao homem no evento-Cristo, que na linguagem de Barth é “Deus se revelando através de si mesmo”.²⁴ Ele se comunica com o homem histórico de um modo direto; por isso a criação não pode ser uma revelação de Deus. A revelação de Deus é somente em presença.

²⁰ *Church Dogmatics* I/1, p. 320.

²¹ *Ibid.* II/1, p. 173.

²² *Ibid.*, p. 172.

²³ *Ibid.* II/1, p. 173.

²⁴ *Ibid.* I/1, p. 296.

Segundo o entendimento de Barth, os que aceitam, por parte da ortodoxia, a revelação geral, conforme o entendimento de Paulo em Romanos 1.18-20, “vendem a sua alma ao tomismo ou ao liberalismo”.²⁵ Tentando fugir da noção da revelação geral em Paulo, Barth apela para um contexto mais remoto e diz que Paulo está falando da revelação de Deus em Cristo, não nas obras da criação. “Assim, a revelação de que Paulo fala em Rm 1.18-20 não é uma revelação geral na natureza; é a mensagem da revelação sobrenatural de Deus em Cristo”.²⁶ Barth diz: “Não podemos isolar o que Paulo diz a respeito dos pagãos em Romanos 1.19-20 do contexto da pregação apostólica, da encarnação do Verbo”.²⁷ Dessa forma, fica explícito que Barth rejeita qualquer tipo de revelação geral na natureza, no homem ou na histórica, devido a seus pressupostos kantianos. No pensamento de Barth, diz Demarest, “não há nenhuma outra fonte de conhecimento exceto o que foi dado de uma vez por todas em Jesus Cristo”.²⁸ Ele ainda diz:

É claro como o cristal, então, que no apogeu de sua carreira Barth apaixonadamente advoga a exclusão tanto da revelação geral como da teologia natural (o corpo de verdades a respeito de Deus construído na revelação geral).²⁹

Ainda que Barth fale das luzes da criação, numa tentativa de atenuar o seu azedume contra a revelação geral, ele adverte que devemos evitar o uso da expressão “revelação da criação” ou “revelação primitiva”.³⁰ Para Barth, “a criação é uma luminosidade, um exército de luzes, mas não uma revelação como tal”.³¹ Essa percepção de Demarest é justificada na afirmação de Barth:

Uma razão pela qual devemos talvez nos abster de falar dessas luzes seguras como “revelação” é que nenhuma fé é necessária para captá-las, mas somente uma percepção óbvia e quase inevitável, somente a boa dádiva, embora limitada, do senso comum.³²

Então, Demarest conclui:

Assim, ainda que Barth posteriormente na vida tenha feito concessões ao valor iluminador da criação, ele não se desviou de sua vitalícia convicção de que Deus se revela aos pecadores somente através da Palavra em sua tríplice forma.³³

²⁵ DEMAREST, *General revelation*, p. 123.

²⁶ *Ibid.*, p. 124.

²⁷ *Church Dogmatics* I\2, p. 306.

²⁸ DEMAREST, *General revelation*, p. 124.

²⁹ *Ibid.*, p. 125.

³⁰ *Church Dogmatics* IV\3, p. 140.

³¹ DEMAREST, *General revelation*, p. 126.

³² *Church Dogmatics* IV\3, p. 142-43.

³³ DEMAREST, *General revelation*, p. 126.

2.3 *Barth aceita a revelação especial, mas nega a revelação proposicional*

Há teólogos que afirmam a revelação especial-sobrenatural de Deus (Barth está entre eles), mas negam que Deus se revela em palavras, ou seja, negam a revelação proposicional. Essa é uma expressão cunhada pelos adversários da revelação proposicional, que dizem que Deus não se revelou em palavras (ou proposições), mas que toda a revelação divina foi dada aos homens principalmente em atos e eventos.

Barth lutou desesperadamente contra a sua própria formação procedente do velho liberalismo, crendo na revelação sobrenatural que a sua antiga fé negava e tentando um retorno à ortodoxia cristã. Ele defendeu com todas as suas forças a revelação sobrenatural de Deus. Nisto Barth está junto da ortodoxia. Mas ele não chegou onde a ortodoxia estava desde o período pré-moderno. Em contraste com os seus professores, e à semelhança da ortodoxia teológica, ele falava de um Deus transcendente e de uma revelação que vem de cima. Todavia, ao contrário da ortodoxia cristã, Barth não cria numa revelação verbal – proposicional. É admirável que Barth tenha reagido tão positivamente ao velho liberalismo e que tenha afirmado a revelação sobrenatural. Todavia, mesmo ao afirmar a revelação divina, ele acabou negando a revelação proposicional por causa de pressupostos iluministas que ele nunca abandonou. Ele foi um dos grandes expoentes dos que criam na revelação sobrenatural, mas negava a revelação em proposições.

Vejam os alguns pontos da teologia de Barth que o levaram a negar a proposicionalidade da revelação.

2.3.1 Deus se revela em eventos – não em palavras

A fé histórica da ortodoxia crê que a revelação de Deus, num certo sentido, é separada dele, isto é, a revelação não é o próprio Deus, mas algo que ele diz a respeito de si ou que outros dizem a respeito dele. Contudo, para Barth a revelação divina não é separada de Deus, mas é equivalente ao próprio Deus. Deus e a sua revelação não são coisas distintas, como se ensina na ortodoxia cristã. A revelação divina acontece num evento.

“Nós tínhamos em vista o Pentecoste quando chamamos a revelação um evento que do ponto de vista do homem caiu verticalmente do céu”.³⁴ Nesse evento revelador que Barth chama de “ineffabile”, Deus alcança o homem e o encontra. Suas palavras literais são: “A revelação é simplesmente o Ineffabile confrontando o homem, chegando a ele”.³⁵ Na linguagem barthiana, a Palavra de Deus (que não é a Bíblia, mas Jesus Cristo) é equivalente ao próprio Deus

³⁴ *Church Dogmatics*, I/1, p. 330 (nova tradução).

³⁵ *Ibid.*, p. 331.

no evento da revelação, que pode acontecer quando ocorre a proclamação baseada na Escritura,³⁶ mas não somente na Escritura.

Barth nega a revelação proposicional porque as palavras não podem ser idênticas a Deus: as palavras da Escritura são o testemunho de alguma revelação que aconteceu no passado, mas elas em si mesmas não são revelação divina. Deus nunca revela alguma coisa de si em palavras, mas ele revela a si mesmo no que ele denomina “evento da revelação”. Do começo ao fim, de capa a capa, a Escritura trata do registro da revelação divina, mas ela não é revelação porque não é idêntica a Deus. Ainda que as palavras da Escritura sejam testemunhas da revelação passada e sejam usadas para causar a revelação no presente, elas não podem ser revelação. Elas podem apenas “provocar” revelação. É nesse sentido que Barth diz que Escritura e proclamação podem se tornar a Palavra de Deus, porque ele afirma que a revelação “deve acontecer se a Escritura e a proclamação se tornarem a Palavra de Deus. Elas devem se tornar isso”.³⁷ Ele diz ainda: “Quando a Bíblia fala de revelação, ela o faz na forma do registro de uma história ou de uma série de histórias. Contudo, o conteúdo dessa história ou de cada uma dessas histórias é que é a auto-revelação de Deus”.³⁸ Os escritores bíblicos descreveram a sua experiência, mas não descreveram a revelação divina, porque esta é um evento presencial, é inenarrável e não pode ser verificada historicamente.

Deus se revela aos homens porque, por si mesmos, eles não podem conhecer nada sobre ele. Todavia, Deus se revela através de eventos, e esses eventos deixaram marcas nos homens. Essas marcas são as coisas que os homens registraram nas Escrituras. Elas são histórias, mas as histórias, em si mesmas, não são revelação de Deus. O conteúdo das histórias, que é o que está por detrás delas, ou seja, Deus, não pode ser registrado.

2.3.2 Deus se revela em presença, não em palavras escritas

Refletindo a distinção kantiana entre númeno e fenômeno já mencionada, Barth coloca a Escritura e a proclamação na esfera das coisas fenomênicas. Estas são temporais, têm forma e não podem ser identificadas com a revelação presencial (ou “teofânica”) de Deus, nem com os seus atos. As Escrituras e a proclamação podem ser testemunhas da revelação passada e podem até mesmo servir de testemunho para a revelação acontecer no presente e no futuro, mas elas em si mesmas não podem ser revelação divina. Elas são entidades separadas da ação presencial de Deus.

O evento da revelação, que é um encontro presencial em que os homens contemplam Deus, é uma experiência humana que produz uma linguagem

³⁶ Ibid., p. 330.

³⁷ Ibid., p. 305.

³⁸ Ibid., p. 315.

humana.³⁹ Essa linguagem humana é a Bíblia, não a revelação proposicional de Deus, apenas o testemunho da revelação divina passada.

Nesse evento-encontro da revelação, Deus não dá informação a respeito de si mesmo, mas ele se revela a si mesmo através de uma presença. Deus é manifesto na vida do homem e se torna conhecido dele como Deus, o Senhor. Porém, esse encontro com o homem histórico é de tal modo que Deus não pode participar da sua história nem misturar-se com o mundo dos fenômenos. Deus se encontra com o homem numa esfera que não pode ser medida, não pode ser relatada, porque ela não é temporal nem histórica. Sobre isso Barth diz que Deus

faz-se a si mesmo presente, conhecido e importante para eles como Deus. Na vida histórica dos homens ele assume um lugar, na verdade um lugar muito específico, e faz de si mesmo o objeto da contemplação humana, da experiência humana, do pensamento humano e da linguagem humana.⁴⁰

Por interferência divina, o encontro é um evento que acontece na esfera do núnemo, na *Geschichte*. Neste evento-encontro, a Palavra de Deus se encarna e origina a doutrina da encarnação de Cristo, que se humilha e ao mesmo tempo exalta o homem. O resultado deste evento-encontro é que o homem atesta essa revelação divina, mas as proposições da Escritura não são revelação. A revelação é presencial, quando Deus se encontra com o homem, quando o homem é confrontado com a presença de Deus. A presença de Deus é verdadeiramente uma revelação, não as palavras registradas na Escritura.

Esse tipo de encontro acontece entre o “Eu” e o “Tu”. No evento-encontro, Barth diz de forma dialética que Deus fala, o que parece implicar em palavras que o revelam. Barth diz que Deus “anuncia o seu reino... liberdade, senhorio e divindade”, conceitos que, nas palavras de Barth, são

inacessíveis e desconhecidos se o próprio Deus, esse Eu, não fala nem se dirige a um Tu, de forma que, no próprio Deus, eles são o significado do evento que a Bíblia chama revelação.⁴¹

Barth ainda diz:

... a proclamação na igreja permanece uma entidade extremamente igual a ela como um fenômeno, temporal como ela, todavia, diferente dela, e em ordem superior a ela. Essa entidade é a Santa Escritura.⁴²

³⁹ Ibid., p. 315.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ Ibid., p. 307.

⁴² Ibid., p. 113.

Segundo o entendimento de Barth, Deus não pode estar presente em coisas fenomênicas. As Escrituras e a proclamação são duas entidades semelhantes porque elas são fenomênicas, ainda que as Escrituras tenham para a igreja uma importância ligeiramente superior à proclamação. As Escrituras são a proclamação escrita da igreja e a proclamação hoje deve estar baseada nessa proclamação escrita.⁴³ Quando a proclamação se torna uma verdadeira proclamação, então ela é a Palavra de Deus pregada. Barth diz que “assim a verdadeira proclamação significa a Palavra de Deus pregada”.⁴⁴ Todavia, as palavras usadas para a proclamação e as palavras retiradas da Escritura não são revelação. Demarest diz que “no ato da auto-revelação Deus não revela verdades objetivas formais, mas o seu próprio Eu”.⁴⁵

A proclamação baseada nas Escrituras pode dar lugar a uma ação presencial de Deus, que vem da liberdade de Deus. A Escritura pode se tornar a Palavra de Deus por um livre ato de Deus, e não porque ela é em si mesma o registro da revelação divina. A Escritura é uma linguagem humana a respeito da revelação passada e ela é pregada com a esperança de que a revelação possa ocorrer no presente. Mas quando ocorre o ato revelador-presencial de Deus, as palavras da proclamação da Escritura não são simplesmente uma linguagem humana a respeito de Deus, mas a própria linguagem de Deus.⁴⁶ É nesse sentido que a Bíblia se torna a Palavra de Deus. Quando há a linguagem de Deus, então, as palavras não são alguma coisa fenomênica, mas elas se tornam parte da esfera numênica, onde os atos de Deus acontecem. Somente quando o evento presencial-revelador acontece é que a Bíblia se torna Palavra de Deus.

Deveria ser lembrado que a revelação de Deus não pode ser registrada. A Bíblia está na esfera fenomênica, ainda que o seu conteúdo tenha sido a experiência daqueles que tiveram contato com a Palavra de Deus (que é o Cristo-evento-revelacional) e, por essa razão, Deus não pode ficar “entre capas”. Deus se apresenta a nós através de sua própria presença no evento-Cristo, que assume a nossa humanidade.

Barth diz que a lei de Deus (que é a Escritura)

é a impressão da revelação divina deixada para trás no tempo, na história e nas vidas de homens; ela é uma porção de escória de carvão que marca um milagre ardente que aconteceu, uma cratera em extinção revelando o lugar em que Deus havia falado, uma lembrança solene da humilhação através da qual alguns homens foram compelidos a passar, um canal seco que numa geração passada e sob diferentes condições tinha sido enchido com a água viva da fé e da percepção clara, um canal formado de idéias, concepções e mandamentos...⁴⁷

⁴³ Ibid., p. 125.

⁴⁴ Ibid., p. 102.

⁴⁵ DEMAREST, *General revelation*, p. 125.

⁴⁶ *Church Dogmatics I/1*, p. 104.

⁴⁷ BARTH, *The Epistle to the Romans*, p. 65.

A lei de Deus em forma escriturística é uma expressão fenomênica do evento revelador que tem uma causa transcendental. Ela é o efeito da ação divina, embora ela não seja revelação. Os homens que possuem a lei de Deus “são estampados com a impressão do Deus verdadeiro e desconhecido, porque eles possuem a forma de uma religião tradicional e herdada”.⁴⁸ Deus se tornou revelado a eles e eles registraram a impressão que essa revelação causou neles, mas eles não poderiam registrar a revelação em si mesma porque ela é presencial, o próprio Deus sendo manifestado.

Kant havia dito que em “nossa representação geral de todas as idéias transcendentais, nós as consideramos sob condições fenomênicas”.⁴⁹ Ora, no entendimento geral de Barth, a Escritura seria uma representação fenomênica, uma impressão da revelação divina. De acordo com o pensamento de Barth, a Bíblia não pode ser revelação divina porque ela, ao tratar das idéias transcendentais ou ao falar das coisas numênicas, o faz de um modo fenomênico. A Bíblia é matéria, ela tem forma e ocupa espaço, ela surgiu no tempo e na história dos homens. Deus, de acordo com Barth, é extremamente transcendental e não pode, de modo algum, estar restrito ao papel, às condições fenomênicas.

A confrontação revelacional de Deus com os homens não pode estar presa entre as capas de um livro. A experiência humana tem sido sempre uma tentativa de colocar algo que pertence à esfera numênica numa esfera fenomênica, de acordo com o raciocínio de Barth. Por esta razão Barth, sob a influência da perspectiva kantiana, nega qualquer envolvimento da revelação divina com o tempo, o espaço e a história, a saber, nega qualquer vínculo da revelação divina com a esfera fenomênica.

O mesmo pode ser dito a respeito da proclamação que é baseada na Escritura. Ela é a linguagem a respeito de Deus dirigida aos homens. A proclamação, em si mesma, não é a Palavra de Deus porque ela possui as mesmas condições fenomenais da Bíblia. Por divina interferência, a proclamação pode ocasionar o evento-Cristo, que é o encontro de Deus com o homem numa esfera numênica. Quando a proclamação se torna verdadeira proclamação, então a Bíblia, na linguagem de Barth, se torna a Palavra de Deus.⁵⁰

Todavia, nunca devemos nos esquecer de que na teologia de Barth a revelação “na verdade não difere da pessoa de Jesus Cristo, e também não difere da reconciliação que aconteceu nele”.⁵¹ Ela não contém em si mesma qualquer informação que possa ser registrada, porque o evento, quando registrado, sai da esfera numênica. Pannenberg, um simpatizante da neo-ortodoxia, também entendeu a mesma coisa a respeito de Barth. Ele diz: “A revelação não é Deus

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ KANT, *Critique of pure reason*, p. 315.

⁵⁰ *Church Dogmatics I/I*, p. 123ss.

⁵¹ Ibid., p. 134.

tornando conhecido certo conjunto de verdades enigmáticas, mas, como Karl Barth colocou, é a auto-revelação de Deus”.⁵² A revelação é a presença de Deus, da própria pessoa de Deus. Embora Barth diga que a revelação divina seja um “discurso”, o verdadeiro conteúdo desse “discurso” não são palavras que podem ser registradas, reproduzidas, mas um evento majestoso, inefável, no qual o próprio Deus se revela presencialmente ao homem.

2.3.3 Deus se revela no presente, não somente no passado

De acordo com Barth, Deus, que é o conteúdo da revelação, revela-se num evento que acontece no presente, e não somente no passado, como ensina a ortodoxia cristã. Os partidários da ortodoxia cristã, segundo Barth, crêem numa revelação estática, que permaneceu na história de atos passados, uma revelação que era possível de ser registrada porque, segundo eles, a revelação não é idêntica a Deus. Para Barth, entretanto, Deus continua a se revelar no presente, aqui e agora. A Bíblia se torna a Palavra de Deus “de vez em quando” e isso não tem nada a ver com a experiência humana, mas com a liberdade da graça de Deus.⁵³ Barth diz que a revelação

não é um evento que meramente aconteceu e que é agora um fato passado da história. A revelação de Deus é, naturalmente, passada. Mas ela é também um evento que acontece no presente, aqui e agora.⁵⁴

Embora o evento da revelação seja singular, ele pode se repetir na vida do homem. Deus, em sua graça, pode se revelar diretamente e presencialmente aos homens quando há uma proclamação baseada na Escritura. A Palavra de Deus pode se encarnar na pregação da Escritura e, então, o evento da revelação acontece.

Deus é livre e não está preso a fatos históricos do passado. A revelação de Deus não é estática, mas dinâmica, sempre acontecendo de acordo com o seu senhorio.

CONCLUSÕES

(1) Negando a historicidade da revelação divina, Barth retira da fé cristã as suas raízes históricas. Nesse sentido, a fé cristã tem conotações altamente docéticas, apoiadas na não-historicidade da revelação. O próprio Verbo Divino (“Palavra de Deus”), em virtude da negação da revelação na história pressuposta por Barth, não se encarnou no sentido em que os cristãos históricos entendem a história. Ele se encarna, mas não num ponto fixo da história, sendo a sua encarnação repetida cada vez que o elemento da revelação acontece. Por essa

⁵² PANNENBERG, Wolfhart. *Revelation as history*. London: Macmillan, 1968, p. 4.

⁵³ *Church Dogmatics I/1*, p. 131.

⁵⁴ *Ibid.* II/1, p. 262.

razão, o Jesus de Nazaré que apareceu na história (H) é apenas ilustrativo do Cristo da fé que se revela na história (G). Retirando essa raiz histórica, a nossa fé irá ficar apoiada num subjetivismo em que predomina a noção de vácuo. Fazer teologia sem que a revelação seja histórica é fazer teologia num vácuo.

(2) Negando a revelação natural, Barth também retira da história a revelação divina. Quando ele nega a revelação geral, ele está negando que Deus se revela nas obras da criação, no próprio homem e também nos atos da história, especialmente os atos redentores de Deus. Essa negação evidentemente é um grande perigo para a fé cristã, que fica apenas com uma revelação docética, sem qualquer conotação com o aqui e o agora.

(3) Negando a proposicionalidade da revelação, Barth (assim como outros), causa sérios danos à doutrina da revelação. Das três negações estudadas neste artigo, a negação da proposicionalidade da revelação tem sido a mais séria para o cristianismo histórico, porque toca no cerne da doutrina cristã da revelação que está evidenciada nas Escrituras. Portanto, altera em muito o conceito de revelação em toda a história da igreja cristã.

Concluimos este artigo fazendo uma análise um pouco mais profunda dos principais danos causados pela negação da revelação proposicional.

1. Quando negamos a revelação proposicional, acabamos transformando a interpretação em revelação

A idéia, no final das contas, é que, ao negar que Deus se revela em palavras, esses teólogos tomam as palavras resultantes da nossa interpretação dos atos de Deus e as consideram revelação de Deus.

O que os escritores da Bíblia fizeram? Eles viram os atos de Deus, deram a sua interpretação dos mesmos, puseram essa interpretação em palavras e essas palavras resultantes da hermenêutica humana são consideradas revelação. Na verdade, elas não são palavras de Deus, mas palavras de homens elevadas à categoria de revelação divina porque elas interpretam atos divinos. Todavia, elas em si mesmas não são revelação divina.

O pensamento de Hodgson em algum sentido reflete o pensamento de Karl Barth que diz que a Escritura é o testemunho da revelação passada. Em outras palavras, porque Hodgson

confina a revelação a atos e faz da Bíblia meramente um testemunho dos atos e não ela mesma uma parte da revelação, ele chega a conclusões erradas que são evidentes. Em seu entender, “a palavra de Deus é uma série de atos divinos, dos quais a Bíblia dá testemunho... a revelação de Deus é dada em atos; as doutrinas da fé são formuladas pela reflexão sobre a importância daqueles atos”.⁵⁵

⁵⁵ KNOX, D. B. Propositional revelation, the only revelation. Disponível em: http://www.acl.asn.au/dbk_revelation.html. Acesso em maio de 2004.

A posição dos que negam a revelação proposicional leva à conclusão de que as cartas de caráter mais teológico do Novo Testamento não podem ser revelação porque elas não estão interpretando diretamente nenhum ato da revelação divina. Ainda mais, algumas afirmações feitas por Jesus sobre Deus não são revelação divina porque não estão explicando nenhum ato divino. Por exemplo, quando Jesus disse que “Deus é espírito e importa que seus adoradores o adorem em espírito e em verdade” (Jo 4.23), isso não pode ser revelação divina, porque Jesus não está interpretando um ato de Deus, mas somente conceituando Deus. É importante que vejamos as conseqüências de se crer na revelação como sendo unicamente os atos de Deus, não as suas palavras.

2. Quando negamos a revelação proposicional, tornamos a revelação não-fidedigna

Se as palavras registradas nas Escrituras Sagradas não são palavras de Deus, mas meramente um testemunho que os escritores deram da revelação de Deus em atos, a autoridade da Escritura perde totalmente a sua força. Ela se torna apenas um testemunho falível de homens falíveis que emitiram os seus conceitos sobre os atos de Deus de acordo com a sua própria ótica.

Se isto é assim, eu não posso confiar na Bíblia, porque ela perde a autoridade de ser Palavra de Deus para ser palavra de homens a respeito da revelação divina. Se a “revelação” é um conjunto de impressões humanas a respeito do que Deus fez no passado, e das experiências que os homens tiveram no passado, então ela não é um livro confiável.

Pode haver uma grande distância entre a ocorrência do evento e a interpretação do mesmo. Como podemos ter a certeza de que o observador do evento ou aquele que ouviu falar sobre o evento está sendo fiel ao que realmente aconteceu? Ainda que ele estivesse presente no momento do evento, as palavras dos autores bíblicos seriam falíveis. Isto porque não teriam a ação sobrenatural do Espírito Santo, que lhes dá as Palavras de Deus para que eles expressem perfeitamente o que Deus quer que escrevam. Como podemos confiar na ação dos escritores que estão descrevendo conforme as suas próprias palavras, sem que estas sejam realmente as palavras infalíveis que receberam de Deus? Não podemos confiar nas palavras da Bíblia se Deus não é o autor último das palavras ali registradas.

A dicotomia entre o evento e a interpretação do evento, com a escolha do primeiro como o elemento importante, ou na verdade como o único elemento que compõe a revelação, leva, como devia ser esperado, à ignorância da interpretação dada na Bíblia em favor de qualquer interpretação que se recomende ao leitor.⁵⁶

⁵⁶ Ibid.

No final das contas, a Escritura só teria alguma confiabilidade se a interpretação do autor bíblico estivesse em conformidade com a opinião daquele que o lê. Todavia, a Escritura não possui autoridade de per si, porque as palavras ali registradas não são revelação proposicional de Deus. Na verdade, uma pessoa pode desprezar a interpretação dos autores bíblicos tentando ir direto aos atos reveladores de Deus. Se uma pessoa não aceita a interpretação dos fatos, ela quererá interpretá-los melhor que os autores bíblicos e conseqüentemente a Bíblia perde toda a sua força, porque ela é simplesmente o testemunho que homens falíveis deram dos atos reveladores de Deus no passado.

3. Quando negamos a revelação proposicional, somos nós que determinamos o que é revelação

Se a revelação está no evento ao invés de estar na interpretação, nós é que determinamos o que é revelação e o que não é. Knox registra o fato de que “em suas reflexões sobre o Antigo Testamento, o Padre Kelly tinha um modo de ir diretamente ao evento sem mesmo observar a interpretação dada pelo profeta ou pelo historiador profético”.⁵⁷ Knox então observa:

Se a revelação está no evento antes que na interpretação, a revelação se torna igual a um nariz de cera que é moldado de acordo com o capricho de cada homem. Na verdade, se a revelação é somente um evento, então não há nenhuma revelação no sentido de um conhecimento dado por Deus.⁵⁸

O que precisamos entender é que as palavras de Deus registradas nas Escrituras é que dão significado aos eventos. São as palavras de Deus que interpretam os eventos. Deus realiza os eventos e os interpreta. Os eventos em si mesmos, sem as palavras do próprio Deus sobre eles, não revelam nada de Deus. Para que um evento seja considerado revelador, ele deve ser interpretado pelo próprio Deus. Temos que crer nos eventos operados por Deus que são revelação quando interpretados por ele mesmo. Esta é a revelação proposicional. Se as palavras da Escritura são meras palavras de homens que interpretam os eventos de Deus, são os homens que determinam o que é revelação. Para os profetas que viam as operações divinas e os sonhos e visões que ele dava, a palavra do Senhor não era o evento em si, mas a interpretação do evento que lhes havia sido dada pelo Espírito, quando este lhes punha na boca as palavras que eles deviam registrar. O mesmo pode ser dito a respeito dos atos realizados por Jesus Cristo. Se não houvesse as palavras de Deus para explicar os atos de Cristo, eles não revelariam nada. A vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo, que são os eventos supremos para a nossa redenção, perderiam o seu caráter

⁵⁷ Ibid.

⁵⁸ Ibid.

revelador se não existissem as palavras interpretativas dadas pelo próprio Senhor através dos seus apóstolos. Essas palavras (ou proposições) é que são a revelação, não os eventos em si mesmos.

As proposições dadas por Deus é que dão significado aos eventos, sendo reveladoras. A revelação é essencialmente proposicional. Do contrário, os homens é que determinarão o que é revelação.

4. Quando negamos a revelação proposicional, negamos a soberania de Deus

Quando negamos a revelação proposicional, estamos afirmando que Deus não pode manifestar-se verbalmente aos homens, eliminando assim a soberania divina sobre o mundo e sobre o que ele quer que os homens saibam. Deus controla igualmente todos os eventos que acontecem no mundo, mas nem todo evento revela igualmente Deus. Há algumas operações especiais de Deus nas quais ele explica o que faz, mostrando aspectos do seu caráter ou revelando alguma coisa sobre nós próprios. Todavia, como já dissemos, um evento não é revelador em si mesmo sem as palavras explicativas do próprio Deus.

Pelo fato de Deus controlar todas as ações no mundo, e de até ser concorrente nelas, ele levou reis a fazerem muitas coisas em cumprimento do seu decreto, e dispôs deles segundo a sua vontade. Todos esses atos, nos quais os homens são os personagens principais, Deus estando por trás de tais atos, são reveladores quando explicados por Deus. Se Deus é soberano para realizar os atos, ele também o é para interpretá-los para que os homens possam conhecer a verdade sobre eles de maneira confiável.

O grande problema hoje é que a teologia moderna (fruto de movimentos filosóficos como o Iluminismo) tem negado a soberania divina. Se a negam, acabam negando o direito que ele tem de falar aos homens, trazendo enormes prejuízos para o conceito de uma revelação divina proposicional.

Deus é soberano para realizar atos e também para interpretá-los confiavelmente. Alan Richardson disse:

A revelação se deve a uma dupla forma da atividade de Deus: Deus controla os eventos históricos que constituem o meio da revelação e também inspira as mentes dos profetas, capacitando-os assim a interpretar os eventos corretamente. “Ele guia o processo; ele guia as mentes dos homens; a interação entre o processo e as mentes que são igualmente guiadas por ele é a essência da revelação”.⁵⁹

A soberania de Deus não pode deixar de ser levada em conta quando tratamos da revelação divina. Deus é Senhor dos seus atos e Senhor do registro

⁵⁹ RICHARDSON, Alan. *Christian apologetics*, p. 146 (citado por D. B. Knox, *Propositional revelation, the only revelation*).

dos mesmos. Dessa forma podemos crer nos atos soberanos de Deus que são reveladores dele por causa das palavras que ele próprio soberanamente deixa escritas através da instrumentalidade dos autores humanos.

A interpretação que os autores bíblicos dão dos eventos divinos também é soberana. Essa interpretação vinda da soberania divina é que consideramos ser a infalível revelação proposicional.

5. A negação da revelação proposicional elimina o elemento fé na revelação

Se não cremos na revelação proposicional, então estamos dizendo que não devemos confiar naquilo que os profetas disseram sobre o fato de Deus se dirigir a eles em palavras nos sonhos, nas visões ou em teofanias. Se ficarmos com a tese em pauta, então os profetas são mentirosos e o nosso elemento de fé fica totalmente esvaziado. Não é possível confiar no que eles dizem das palavras de Deus.

Se Deus se revela apenas em eventos, e não em palavras, não podemos dizer que cremos em Deus, porque não há como dizer que cremos em Deus se não crermos no que ele diz. Ainda que se argumente que Deus se revelou em eventos, não podemos crer nos eventos de Deus porque eles podem não ter sido confiavelmente interpretados.

Se Deus não se revela proposicionalmente, a noção de fé em Deus fica totalmente esvaziada, e o conceito de fé fica altamente prejudicado. Todavia, se Deus é o próprio intérprete de seus atos, então eu posso confiar nas palavras que Deus disse através dos autores humanos. Todavia, se Deus não é o intérprete de seus próprios atos, então eu não posso confiar que a Escritura é o registro da revelação proposicional. William Temple, afirmando o contrário do que acabamos de afirmar, disse:

...a fé que os seus primitivos seguidores tinham de que haviam encontrado a salvação não consistia na aceitação de proposições a respeito dele nem mesmo na aceitação do que ele ensinou em palavras a respeito de Deus e do homem, embora isto certamente estivesse incluído, mas na confiança pessoal em sua presença pessoal, amor e poder.⁶⁰

Se isto é assim, como é que podemos confiar em Deus? Como sabemos da presença dele, do seu amor e do seu poder? Só podemos nos certificar disto através de palavras ditas ou inspiradas por ele próprio, palavras essas que são dignas de confiança. Não podemos confiar num ser que não se expressa em palavras. A presença de Deus está em toda parte, e também o seu poder e

⁶⁰ TEMPLE, William. *Nature, man and God*, p. 311 (citado por D. B. Knox, Propositional revelation, the only revelation).

amor, mas essas coisas não fazem os homens confiarem nele, porque não se pode confiar naquilo que não é dito.

É por essa razão que as palavras ditas pelos profetas eram tidas por eles como palavras de Deus sobre a interpretação dos eventos que eles viam e ouviam nos sonhos e visões. Quando confiamos em Deus estamos dizendo que confiamos no que ele diz. A fé não pode ser exercida senão em proposições. As pessoas que testemunharam os atos de Jesus Cristo não criam nos atos, mas naquilo que ele falava na explicação de seus atos. É verdade que eles criam na miraculosidade e na sobrenaturalidade de seus atos, mas não sem as proposições estabelecidas por ele. A idéia de Cristo era que cressem nele e nas suas palavras, porque não faz sentido crer nele sem crer no que ele disse. Os seus discípulos viram tudo o que ele fez (seu poder, seu amor, etc.), mas todas as suas obras foram aceitas através de suas palavras a respeito delas. Não poderiam crer em Jesus sem que tivessem conhecimento de quem ele era e do que fazia. A fé em Deus foi uma experiência religiosa resultante de uma revelação que foi dada proposicionalmente e da qual eles se apropriaram. A fé deve ser resultante da revelação divina, porque não podemos, segundo Paulo, crer naquele de quem nada ouvimos. Contudo, a experiência religiosa que os discípulos tiveram (e nós também temos) deve ser baseada na revelação divina, sendo conformada a ela e julgada por ela, a fim de que essa experiência seja considerada verdadeira, produto de um genuíno conhecimento de Deus. Knox diz que “a revelação é o teste e o critério de tal experiência religiosa... e a revelação que forma esse teste consiste nas palavras da Escritura e nas proposições que elas formam”.⁶¹ Por que muitos no passado creram ser terem visto? Porque eles confiaram naquilo que lhes foi dito, e o que lhes foi dito era digno de confiança porque eram proposições reveladas por Deus. Knox afirma:

A negação da “revelação proposicional” torna a fé cristã impossível na sua expressão mais plena e mais profunda de confiança, porque é impossível confiar absolutamente a menos que tenhamos a segura Palavra de Deus; tal negação restringe o cristianismo a uma religião de obras, i.e., a seguir e obedecer a Jesus Cristo da melhor maneira que podemos. Além disso, a negação da revelação proposicional torna o senhorio de Cristo impossível de uma percepção real, porque é somente pelo cetro de sua palavra que ele pode exercer esse senhorio absoluto sobre as consciências e desejos dos homens, que é seu por direito. Por essa razão é errado prestar obediência absoluta a uma ordem incerta ou colocar confiança absoluta numa promessa incerta.⁶²

⁶¹ KNOX, Propositional revelation, the only revelation.

⁶² Ibid.

6. Quando negamos a revelação proposicional certamente negamos a inerrância das Escrituras

Casserley, um professor de teologia, tem uma afirmação que ilustra este último ponto sobre a consequência da negação da revelação proposicional:

Geralmente, a concepção bíblica de revelação *não é proposicional, mas histórica*. O Deus da Bíblia é tornado conhecido, ou antes, faz-se a si mesmo conhecido, *não em palavras, mas em eventos*. A Bíblia não é uma série de proposições salvadoras... mas um registro proposicional de eventos salvadores. Sua real linguagem, como é inevitável quando a linguagem humana se vê com o problema de descrever algo singular, é parcialmente adequada e parcialmente inadequada.⁶³

Esse raciocínio de Casserley é coerente com a sua crença. Se a revelação não é proposicional, certamente as palavras da Bíblia não são adequadas quando descrevem os atos de Deus. No conceito desse professor há erros na Escritura. Por que há erros na Bíblia? Porque ela é o registro falível feito por seres humanos falíveis, pois o que eles registraram não é a Palavra de Deus, mas impressões que eles tiveram dos atos que Deus realizou. Logo, se a Bíblia é o registro humano, as palavras registradas são inadequadas e podem mostrar distorções próprias da natureza humana caída.

Portanto, se essas palavras podem ser inadequadas, a consequência lógica é que não podemos confiar nelas. Todavia, embora esse professor (assim como outros) negue a revelação inerrante, é possível mostrar a falsidade dessa assertiva. Knox sugere a seguinte idéia:

Se quando o relógio marca quatro horas eu afirmo “o relógio está marcando quatro”, eu fiz uma afirmação proposicional que é verdadeira se as palavras significam alguma coisa, e essa verdade permanece característica da proposição, mesmo que: (a) o meu ouvinte me ouça erroneamente por causa de surdez; (b) ele deixe de saber o que signifique por falta de conhecimento da minha língua ou (c) não haja ninguém presente para me ouvir.

Então, ele tira a sua conclusão de maneira incontestável:

Se é possível para qualquer ser humano fazer uma proposição completamente verdadeira que é um fato revelacional para aqueles que têm ouvidos para ouvir, é uma grande impiedade dizer que Deus não pode assegurar que os seus servos assim o façam, se ele o quer; e não fazer somente essa proposição verdadeira, mas uma série inteira delas dentro das páginas da Bíblia, e excluir dentre elas quaisquer proposições errôneas, se ele quer. Que Deus de fato tem feito assim

⁶³ CASSERLEY, J. V. Langmead, *The Christian in philosophy*, p. 190, citado por Knox, *Propositional revelation, the only revelation* (grifos acrescentados).

deve ser crido por todos os que dão crédito ao ensino e à atitude de Cristo, de seus apóstolos e da totalidade da Escritura com referência ao caráter da Escritura Sagrada.⁶⁴

Portanto, todos quantos crêem em Cristo Jesus têm de necessariamente crer na infalibilidade de suas palavras. Todos que crêem no Pai de Jesus Cristo têm de crer na inerrância da revelação proposicional que ele nos dá.

É altamente inconsistente aceitar a autoridade de Cristo, dos apóstolos e da Escritura em geral com respeito a Deus e sua relação com a criação, ao mesmo tempo em que rejeitamos essa autoridade com respeito à relação de Deus com parte dessa criação, a saber, as palavras da Escritura.⁶⁵

7. Quando negamos a revelação proposicional negamos o caráter pessoal da revelação divina

Alguns teólogos modernos fazem uma antítese entre revelação “pessoal” e “proposicional”, argumentando que se a revelação fosse proposicional ela não seria pessoal, e que, visto que ela é pessoal (Deus revelando-se a si mesmo), ela não pode ser proposicional (Deus falando alguma coisa de si mesmo).⁶⁶

É verdade que existe um relacionamento pessoal entre Deus e os homens. Por esta razão duas pessoas se comunicam em palavras. Deus sempre comunicou a pessoas alguma coisa de si próprio. Pessoal e proposicional não se excluem.

O relacionamento pessoal entre Deus e o homem cresce exatamente como a amizade dos homens – a saber, através da conversação; e conversar significa fazer afirmações informativas, e afirmações informativas são proposições.⁶⁷

Portanto, quando não cremos na revelação proposicional nós despersonalizamos a revelação. Packer cita F. I. Anderson, que afirma:

Menosprezar as proposições porque elas são impessoais é destruir as relações humanas ao desprezar o meio normal como ocorrem. A bem-aventurança de ser amado é diferente das palavras sobre o amor, mas a “proposição” “Eu te amo” é um meio indispensável e muito bem-vindo para a consumação do amor na realidade. Todavia, na teologia moderna nós temos um Deus-amante que não faz nenhuma declaração.⁶⁸

⁶⁴ KNOX, Propositional revelation, the only revelation.

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ PACKER, J. I. *God has spoken*. Downers Grove: InterVarsity Press, 1979, p. 52.

⁶⁷ Ibid.

⁶⁸ Ibid.

Negar a revelação em proposições é negar o caráter pessoal da revelação divina. Não existe noção real de relacionamento interpessoal sem comunicação verbal. “Amizade sem conversação é uma contradição de termos. Um homem com quem eu nunca falo nunca será meu amigo. Essa coisa é impossível”.⁶⁹ A Escritura Sagrada deixa claro que o

relacionamento entre Deus e os seus amigos humanos se tornará perfeito um dia quando, além de ouvirem a sua voz, eles o verão face a face. “Agora vemos como por espelho, obscuramente; mas então veremos face a face” (1Co 13.12).

Os defensores da idéia de que o conteúdo da revelação é o próprio Deus, e não as suas palavras, têm dificuldade com a idéia de a revelação ser proposicional. Geralmente, os de tendência barthiana é que fazem essa distinção, eliminando, assim, a proposicionalidade da revelação em favor do seu caráter pessoal. Todavia, as duas coisas, pessoalidade e proposicionalidade, podem andar juntas. Aliás, devem andar juntas, pois a negação da última nega o caráter pessoal das relações.

ABSTRACT

The author argues that Barth, although he left the old liberalism in favor of neo-orthodoxy, did not abandon all previous influences, especially those received from Kant. Though Barth believed in special revelation, under the influence of Kantian rationalistic subjectivism he placed God in a metaphysical realm in which God does not reveal things about himself, nor reveals himself in words, but only personally. Barth accepts special revelation, but denies general, historical, and propositional revelation. God only reveals himself directly, in events and in presence, both in the past and today, but not in written words. The author concludes his analysis by offering a critique of the Barthian concept of revelation. In his view, the denial of historical revelation challenges the very reality of the incarnation of the Word. Besides, the denial of propositional revelation transforms interpretation in revelation, makes revelation untrustworthy, makes the reader determine what is revelation, denies God's sovereignty, suppresses faith in revelation, denies the inerrancy of Scripture, and questions the personal character of revelation.

KEYWORDS

Liberalism; Enlightenment; Rationalism; Kant; Barth; Neo-orthodoxy; Revelation; Propositional revelation.

⁶⁹ Ibid., p. 51.